

SUMÁRIO EXECUTIVO

Microrregião Central Sul

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão
Pública

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

REITOR UFES

Paulo Sérgio de Paula Vargas

REITOR IFES

Jadir Jose Pela

COORDENADOR REGIONAL

Eneida Maria Souza Mendonça

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Eneida Maria Souza Mendonça
Giovanilton André Carretta Ferreira
Michela Sagrillo Pegoretti
Karla Garcia Correia
Rômulo Croce

AT TERRITÓRIO

Michela Sagrillo Pegoretti
Karla Garcia Correia
Rômulo Croce
Maiara dos Santos Dias

AT AMBIENTAL

André Luiz Nascentes Coelho
Vitor Silva de Miranda

AT SOCIAL

Maria Helena Elpídio Abreu
João Paulo Silva Valdo
Rômulo Croce
Gustavo Zamproni Gomes

AT CULTURA

Viviane Lima Pimentel
Thaíssa da Cunha Fugolin

AT ECONOMIA

Aminthas Loureiro Júnior
Fábio Loureiro Prates
Jordana Teatini Duarte

AT GESTÃO PÚBLICA

Gilton Luís Ferreira
Larissa Bussolar Franquini
Luna Ferraço Arruda
Roberto Cabral Júnior

AT LOGÍSTICA, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA

Patrícia Stelzer da Cruz
Hayandra Romualdo Pessi

AT SANEAMENTO

Renato Ribeiro Siman
Carolina Ibelli Bianco

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica
Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional
Michele Gasparini de Miranda

Sumário

1. Apresentação	1
1.1 Conceitos e premissas.....	2
1.2 Metodologia do Arranjo 1.....	4
2. Evidências integradas para o Plano de Ação	8
Eixo Integrador 1 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural.....	9
Eixo Integrador 2 – Enfrentamento das desigualdades socioespaciais	12
Eixo integrador 3 – Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura	14
Eixo Integrador 4 – Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável.....	18
Referências	21

1. Apresentação

O presente documento compõe um resumo executivo do diagnóstico integrado que visa subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS - da Microrregião Central Sul, produto do Convênio de Cooperação Técnica 001/2020, que tem como copartícipes a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência Tecnologia Inovação e Educação Profissional (SECTI), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

Por meio do projeto Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), foram criados Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) para nove microrregiões capixabas - à exceção da Microrregião Metropolitana, que possui conselho instalado, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) e o seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) elaborado. Conforme definido pelo governo do estado do Espírito Santo, os CDR possuem representantes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal, Poderes Legislativos Estadual e Municipal, setor produtivo, sociedade civil e instituições de ensino e têm por responsabilidade a criação de um ambiente de articulação e integração de interesses regionais.

As 9 microrregiões de planejamento do Espírito Santo objeto de estudo do PDRS foram agrupadas em 4 arranjos sob a responsabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. O Arranjo 1 composto pelas microrregiões Litoral Sul e Central Sul é coordenado pela UFES e conta com uma equipe multidisciplinar com a participação direta de professores e alunos de pós-graduação e graduação, de várias unidades e departamentos da Universidade e também, professores e pesquisadores de outras unidades de ensino superior e instituições do Espírito Santo.

É importante ressaltar o ineditismo da experiência de pesquisa, sob responsabilidade direta de instituições de ensino superior, representando algo novo no subsídio ao planejamento regional do estado do Espírito Santo. Cumpre ressaltar o sentido crítico dos estudos desenvolvidos, qual seja, uma abordagem da realidade regional voltada para a compreensão da totalidade. Assim, para além dos estudos analíticos, parciais e operativos, dos vários aspectos abordados, busca-se sua rearticulação com a totalidade. Ou seja, uma totalidade concreta como ela se apresenta neste mundo globalizado, uma totalidade empírica, que examine “as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa”, reexaminando-o (SANTOS, 2006).

Neste sentido, a validade e o sentido último desta experiência dependem de sua continuidade, que deverá consolidar um processo de planejamento e gestão crítico e permanente.

1.1 Conceitos e premissas

Conceito estruturador da pesquisa DRS, o território se apresenta, simultaneamente, como variável constitutiva e analítica chave para a compreensão da complexa realidade e do cambiante contexto em que se vive. Daí a relevância de valorizar na análise a dimensão territorial dos processos sociais, das dinâmicas econômicas, e das políticas públicas que, por sua vez, também apresentam e produzem um conteúdo diverso e abrangente (FREITAS et al., 2020). Entende-se o território como base e extensão da natureza, da circulação, da moradia, da economia, da cultura, portanto, da vida. Como ilumina Santos (2006), não é o território em si a categoria de análise social, mas, o território usado, que é simultaneamente material e social, em constante mudança, território em processo, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. As especificidades culturais, técnicas e ambientais de cada território, bem como as suas dinâmicas socioeconômicas e político-institucionais, devem igualmente condicionar e influenciar a definição, criação e implementação de políticas públicas no território voltadas para alcançar um desenvolvimento socioespacial.

Nesta perspectiva o conceito de desenvolvimento socioespacial adotado é entendido como uma mudança social positiva, que não pode ser definido à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores próprios e particularidades histórico-geográficas, e que deve, incondicionalmente, articular melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social (SOUZA, 2002), parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia.

O desenvolvimento regional exige um olhar atento em relação à diversidade do território, como bem demonstraram Tânia Bacelar de Araújo e Darcy Ribeiro, citados por Freitas et al. (2020). O território brasileiro traz intrinsecamente a marca da diversidade, um ativo que pode ser usado positivamente na política de desenvolvimento regional, nas políticas públicas em geral, e nas territoriais em particular. Busca-se assim, fugir das tradicionais intervenções sobre o território que trazem a marca exclusiva da atração de investimentos para as regiões-alvo, como foram (e ainda são) as experiências da SUDENE, SUDAM, SUDECO e Zona Franca de Manaus, por exemplo.

Como orientações para a definição da metodologia de trabalho do PDRS arranjo 1 parte-se, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualizada pelo Decreto nº 9.810/2019, do entendimento de que o desenvolvimento regional deve ser compreendido de forma multidimensional. Para tanto, é necessário reconhecer as desigualdades regionais/microrregionais em múltiplas escalas de intervenção, orientar políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial por meio de instrumentos adequados ao trabalho multiescalar, de modo a facilitar a cooperação entre os entes federados e a coordenação horizontal para sua efetiva implementação (BRASIL, 2019a).

De forma complementar a estas intenções iniciais e no intuito de direcionar e operacionalizar a elaboração do diagnóstico e do plano de ação do PDRS, adotam-se também, as seguintes premissas:

O Território como elemento integrador de políticas públicas: pensar em políticas públicas, seja na sua formulação, implementação ou execução, monitoramento é, fundamentalmente analisar como o público alvo da referida política produz seus espaços, em especial seus territórios. Possibilita-se assim, a análise das relações espaciais das políticas públicas, desde o seu substrato físico até as relações sociais que (re)constroem constantemente seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade.

Articulação de escalas na construção de políticas públicas: as expressões e representações da vida cotidiana estão imersas em configurações escalares que vão do corpo ao comunitário, ao urbano, ao regional, ao global. Não são elementos dados e constituídos previamente, mas sim produzidos em ambientes heterogêneos, conflitantes e de embates (SMITH, 1993). Adota-se a necessária articulação das escalas, dentro de uma perspectiva relacional que procura destacar o caráter histórico, socialmente construído e dinâmico das escalas.

Capacidade Institucional para o desenvolvimento regional: a capacidade institucional tem sido objeto de atenção por parte de organismos internacionais e governos, sobretudo no que diz respeito à elaboração / implementação / avaliação / monitoramento de políticas públicas. Entendida de forma simplificada como “estrutura e os processos organizacionais e administrativos de instituições públicas e privadas que viabilizam objetivos e metas concretizados em setores, programas e projetos” (MARTINS et al. 2013, p. 815), deverá se apresentar como aspecto fundamental e transversal a todos os temas a serem trabalhados no PDRS, visto que está diretamente relacionada à governabilidade, à transparência e à eficácia da ação pública (FERNANDES, 2016), aspectos decisivos para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Sustentabilidade: diferentes matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade, o que acaba levando, a uma noção que se pode recorrer para tornar objetivas, diferentes representações e ideias. Ressalta-se também, uma luta simbólica e de relações de poder, que se abre e que deve ser considerada, nos processos de desenvolvimento, pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade (ACSELRAD, 2001). Considerando estas imprecisões e com base nas orientações do plano de trabalho do PDRS, adota-se a noção de sustentabilidade submetida à lógica das práticas, que se articulam a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso/políticas públicas pretende tornar realidade objetiva. Parte-se de uma relação temporal (presente-futuro) que considera “sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável” (ACSELRAD, 2001 p. 29), com forte atenção à questão ambiental, certamente, somadas à sustentabilidade econômica e social, mas também com especial atenção à sustentabilidade política e cultural (MINAS GERAIS, 2011).

O sumário executivo está organizado em duas partes principais, a saber:

A primeira parte é composta pela apresentação, conceitos e premissas principais adotados, seguido pela metodologia geral do Arranjo 1. Na segunda parte são apresentadas as principais evidências integradas que visam subsidiar o plano de

ação, organizadas com base nos Eixos Integradores, conforme especificado na metodologia de trabalho do Arranjo 1.

Em outro documento, denominado Diagnóstico da Microrregião Central Sul, encontram-se de modo mais detalhado: a abordagem sobre desafios e potencialidades para o Desenvolvimento Regional do Espírito Santo, que introduz a questão-problema do Arranjo 1, a apresentação da Microrregião Central Sul, com breve caracterização geral, os municípios constituintes, seu contexto histórico, geográfico e aspectos demográficos, bem como o levantamento e interpretação dos dados pesquisados relacionados às Áreas Temáticas definidas no plano de trabalho da pesquisa DRS. São elas: Território, Ambiental, Social, Economia e Gestão Pública. Observa-se ainda, que na metodologia do Arranjo 1 estes cinco temas se desdobraram em oito: 1. Ambiental, 2. Social, 3. Economia, 4. Território, 5. Saneamento, 6. Mobilidade, Logística e Infraestrutura, 7. Cultura e 8. Gestão Pública (Capacidade Institucional).

1.2 Metodologia do Arranjo 1

A partir do referencial teórico, das premissas estabelecidas e da necessidade de buscar uma integração e interdisciplinaridade na elaboração do PDRS – Arranjo 1 foi definida uma metodologia geral que direcionou a divisão temática, a composição e estrutura organizacional da equipe, as atividades/ações conjuntas do Arranjo 1, o processo de participação social e orientou as metodologias específicas, de cada uma das Áreas Temáticas (AT), elaboradas pelos pesquisadores responsáveis. Neste sentido, nesta primeira parte do trabalho, constam as definições metodológicas gerais do Arranjo 1. O referencial teórico e as metodologias específicas, bem como os materiais e técnicas utilizados em cada um dos diagnósticos das AT encontram-se no documento denominado Diagnóstico da Microrregião Central Sul.

A estrutura organizacional do Arranjo 1, sintetizada na figura 1, apresenta um Núcleo de Coordenação (NC) composto por um grupo de pesquisadores responsáveis pela coordenação técnica e administrativa da pesquisa. Compõem o NC a coordenadora geral, representante da Universidade Federal do Espírito Santo, o coordenador adjunto, o pesquisador responsável pela Área Temática Território e dois pesquisadores de apoio às atividades técnicas e administrativas do NC. Cada AT é composta por um professor pesquisador responsável, auxiliado por um ou mais pesquisadores de apoio a AT.

Cabe ressaltar que em função da limitação dos recursos financeiros disponíveis para a realização da pesquisa, inferiores, em relação aos demais arranjos, da extensão e da complexidade das áreas temáticas envolvidas, foi fundamental a participação de pesquisadores voluntários, na composição da equipe técnica do Arranjo 1, com importantes contribuições.

Os Pesquisadores das Áreas Temáticas (PAT) compõem um grupo multidisciplinar de pesquisadores, com experiência de participação em processos de planejamento do território, responsáveis no Arranjo 1 pela elaboração dos estudos temáticos que compõem o Diagnóstico Integrado, bem como pela

elaboração das diretrizes que subsidiarão o Plano de Ação, sob responsabilidade do governo do estado do Espírito Santo.

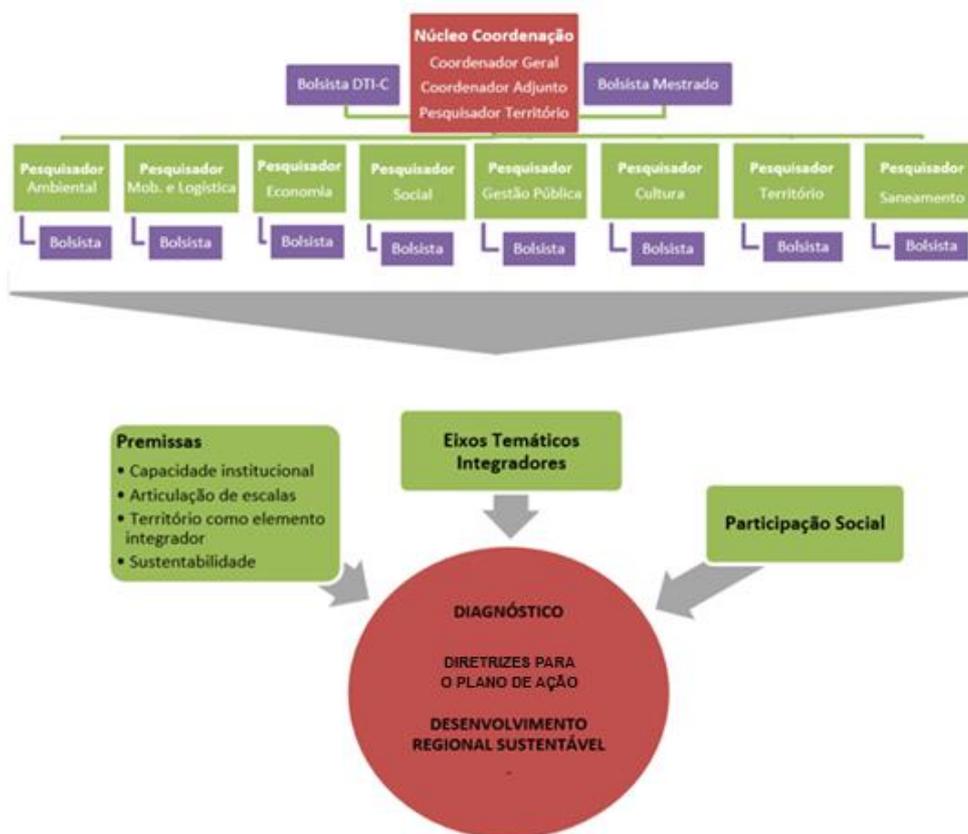
O emprego das geotecnologias de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs)/Cartografia Digital, integrados, com produtos acessíveis/gratuitos e técnicas de Sensoriamento Remoto (SR) conformam um aspecto central na metodologia do Arranjo 1, visto que estas ferramentas possibilitam uma ampla visão sobre a distribuição temporal e espacial dos territórios (COELHO, 2017; ROSS, 2009; FITZ, 2008ab). Neste sentido, objetivando a integração e padronização das informações cartográficas do Arranjo 1 foi definida uma coordenação de SIG, sob a responsabilidade da equipe de pesquisadores da AT Ambiental.

No intuito de romper com as análises setoriais isoladas/lineares do diagnóstico e extrair evidências integradas para o Plano de Ação, foram adotadas algumas ações principais: seminários internos de pesquisa do Arranjo 1, ações/atividades relacionadas ao processo de participação social e para a consolidação do diagnóstico, a definição de Eixos Temáticos Integradores (ETI). Os ETI buscam estimular a transversalidade entre as AT trabalhadas no Diagnóstico e orientar a elaboração das diretrizes para o Plano de Ação de forma sistêmica e integrada.

Em função do contexto de incertezas, insegurança e excepcionalidade gerado pela pandemia de coronavírus (Covid-19) foi pactuado com a coordenação técnica do DRS (IJSN), que todas as atividades envolvendo a equipe técnica do Arranjo 1 seriam realizadas pelo modo tele presencial. A situação resultou na impossibilidade de realização de trabalhos de campo, bem como a realização de todas as ações do processo de participação social, por meio de videoconferências.

A estrutura organizacional, divisão temática e os elementos integradores do Diagnóstico e do Plano de Ação do Arranjo 1 estão sintetizados na Figura 1 que segue:

Figura 1: Estrutura organizacional do arranjo 1.



Fonte: Elaborado por DRS- Arranjo 1, 2020.

Para a operacionalização dos trabalhos e elaboração dos produtos previstos no Plano de Trabalho da pesquisa DRS foram realizados 4 tipos de atividades de interação, entre a equipe técnica, parceiros institucionais do DRS e atores sociais externos, a destacar:

1. Reuniões internas do Núcleo de Coordenação: reuniões de planejamento/trabalho das ações internas dos pesquisadores do Arranjo 1;
2. Reuniões externas com parceiros institucionais do DRS: reuniões de alinhamento e acompanhamento dos trabalhos envolvendo o NC do Arranjo 1, os demais arranjos e os parceiros institucionais do DRS;
3. Seminário Interno de Pesquisa do Arranjo 1: reuniões semanais de trabalho integrado envolvendo toda a equipe de pesquisadores do Arranjo 1
4. Atividades do processo de participação social: conjunto de ações, realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2020, voltadas para captar as demandas, os interesses, os problemas e as potencialidades junto aos atores sociais das microrregiões.

Considerando as limitações supracitadas relacionadas com a pandemia do Covid-19, o tempo/recursos disponíveis e a realização das eleições municipais no mesmo período, foram definidas as seguintes ações no processo de participação social:

4.1 Seminários de Desenvolvimento Regional Sustentável do Arranjo 1: seminários em formato de mesa redonda, sobre temas estratégicos do desenvolvimento

regional das microrregiões, com transmissão pelo canal do *YouTube* PDRS Arranjo 1 e debate com participação do público.

4.2 Pesquisa qualitativa online com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul: questionário online estruturado com questões fechadas e abertas, com intuito de levantar e avaliar potencialidades e problemas das microrregiões em relação à AT do diagnóstico. Na Microrregião Central Sul, 15 conselheiros responderam o questionário online.

4.3 Seminários de Participação Social com os CDR: seminário de participação social, com cada um dos Conselhos de Desenvolvimento Regional das microrregiões Litoral Sul e Central Sul, voltados para levantamento de informações e debate sobre o diagnóstico da microrregião. O Seminário foi organizado e realizado pela equipe do Arranjo 1 e contou com baixa participação; apenas 3 conselheiros do CDR da Microrregião Central Sul participaram.

4.4 Contato com os 16 municípios das microrregiões para levantamento de dados e contatos voltados para a realização de reuniões/entrevistas com atores sociais estratégicos dos municípios. A equipe do Arranjo 1 obteve retorno, na Microrregião Central Sul, de 4 municípios: Atílio Vivácqua, Castelo, Mimoso do Sul e Vargem Alta.

4.5 Reuniões e entrevistas por vídeo conferência promovidas pelos pesquisadores das Áreas Temáticas com representantes estratégicos do governo do estado do Espírito Santo, das prefeituras municipais e atores sociais das microrregiões.

4.6 Pesquisa qualitativa online sobre capacidade institucional com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul. Houve uma baixa adesão dos conselheiros nesta pesquisa, o que impossibilitou produzir os resultados desejados. Espera-se conseguir fazê-lo até o final da pesquisa DRS.

4.7 Pesquisa qualitativa online sobre a gestão fiscal com os secretários de finanças dos 16 municípios das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul. Na Microrregião Central Sul 6 municípios responderam ao questionário.

4.8 Pesquisa qualitativa online sobre capacidade organizacional com os secretários de administração dos 16 municipais das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul. Na Microrregião Central Sul menos da metade dos municípios (3) respondeu o questionário e quanto aos que retornaram, nem todos responderam de forma completa ou consistente. Como não há nenhuma base de dados oficial que possa informar acerca do assunto, trabalhou-se com os questionários respondidos, confrontando os dados julgados inconsistentes com informações contidas nos sites das prefeituras, das câmaras ou na legislação municipal.

A consolidação e a finalização dos diagnósticos integrados das microrregiões foram realizadas por meio dos Seminários Internos de Pesquisa do Arranjo 1 e das ações do Núcleo de Coordenação, nos meses de novembro/dezembro de 2020.

2. Evidências integradas para o Plano de Ação

A questão-problema central que se vislumbra para o PDRS Arranjo 1 é apresentada nesses termos:

É possível direcionar o desenvolvimento regional sustentável do Espírito Santo, no sentido de superar a patente fragilidade estrutural da economia capixaba, determinada pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis, limitada base tecnológico-científica e de serviços modernos, geradora de fortes desigualdades e impactos socioambientais, dando visibilidade e concretude a novas ideias e visões voltadas para um desenvolvimento sócio-espacial comprometido com a melhoria da qualidade de vida, o aumento da justiça social e da autonomia da população no planejamento e gestão do território?

As evidências integradas para o Plano de Ação que são apresentadas neste capítulo conformam um primeiro esforço no sentido de indicar e integrar as principais potencialidades/desafios e problemas/fragilidades, com base nos diagnósticos das AT e que ainda devem ser objeto de aprofundamento e complementação nas etapas de pactuação com os atores sociais da microrregião e durante a elaboração/debates das diretrizes que subsidiarão o Plano de Ação do PDRS.

Com base no referencial teórico adotado, nas premissas definidas na metodologia do Arranjo 1 e nos diagnósticos das AT apresentados foram definidos 4 Eixos Integradores, que orientam/organizam a construção das evidências integradas do diagnóstico e que devem subsidiar a elaboração e pactuação das diretrizes para o Plano de Ação da Microrregião Litoral Sul. São eles:

- ✓ Eixo Integrador 1 - Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural
- ✓ Eixo Integrador 2 - Enfrentamento das desigualdades socioespaciais
- ✓ Eixo Integrador 3 - Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura
- ✓ Eixo Integrador 4 - Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável

Tanto a consolidação do diagnóstico integrado, quanto a estruturação das diretrizes que subsidiam o Plano de Ação foram organizadas com base nos Eixos Integradores (EI), que buscam estimular a transversalidade entre as Áreas Temáticas (AT) trabalhadas no Diagnóstico e orientar a elaboração das Diretrizes de forma sistêmica e integrada. Os quatro EI definidos cumprem também, o importante papel de sinalizar para as questões prioritárias identificadas no diagnóstico das microrregiões.

Eixo Integrador 1 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural

O Eixo Integrador 1 expõe a centralidade que as questões ambiental e cultural assumem no mundo contemporâneo, conforme apontam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), bem como a realidade demonstrada sobre a microrregião. Neste sentido, considerando as características, potencialidades e fragilidades apontadas sobre a Microrregião Central Sul, busca-se adotar a conservação dos recursos naturais, com especial atenção aos recursos hídricos e as suas bacias hidrográficas como referenciais geográficos para o planejamento e manejo, uma unidade básica e comum regional para o gerenciamento ambiental, isto é, compreendendo esse recurso natural como âncora dos processos regionais de desenvolvimento, elemento integrador das temáticas abordadas no diagnóstico e que deve envolver além das instituições e atores sociais tradicionais que trabalham com os recursos hídricos, a comunidade, as empresas, a propriedade privada e os municípios, todos responsáveis pela sustentabilidade. De forma integrada o Patrimônio Cultural é compreendido para além do que Haesbaert (2008) identifica como uma concepção materialista, que restringe a produção cultural ao conjunto de objetos produzidos. Ao contrário de identificar fronteiras ou limites, e restringir o cultural à esfera bem delimitada do espaço social, adota-se compreendê-lo em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política. As articulações interespaciais ocorrem no âmbito da materialidade física do espaço, mas também no contexto da produção social do lugar, extrapolando o espaço físico e trazendo a reflexão acerca da dimensão simbólica do território.

São apresentadas de forma itemizada as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

Situação muito crítica em relação ao balanço hídrico quantitativo e qualitativo em praticamente todas as sedes municipais.

Disponibilidade hídrica (Q90%) classificada como “baixa” com valores inferiores a 3,45%, com exceção para a margem esquerda rio Itapemirim (em direção a Castelo); disponibilidade de água comprometida em quantidade e qualidade para necessidades humanas no período de alta estação do turismo; conflitos de usos pela água no setor rural e urbano; registros de crimes ambientais, como construção de barragens, captação de água sem licença ambiental/ desvio de drenagem, drenagem de áreas alagadas, poluição e supressão de áreas de preservação permanentes.

Deficiência hídrica, com destaque para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim (porção centro-sul), Atílio Vivácqua e Mimoso do Sul (porção centro-leste); conflitos de usos da água; crimes ambientais relacionados à abertura de lagoa; ampliação/reforma de represa/barragem; captação de recursos hídricos e irrigação irregular; construção de barragem; construção de

barragem em Área de Preservação Permanente (APP); drenagem de brejo; lançamento de efluentes em curso d'água; desvio de curso hídrico; construção de poço escavado; construção de poço escavado em APP.

Área expressiva ocupada por pastagens (47,2% da microrregião), com a utilização da prática de queimada como forma de “renovação” do pasto, que intensifica processos de ravinamentos e voçorocamentos extensos; erosão do solo com perda da camada fértil comprometendo a produtividade agrícola e assoreamento dos corpos hídricos (colmatação de vales de forma acelerada).

Os usos das águas interiores apresentam conflitos em relação a poluição com substâncias químicas (sobretudo na área rural); poluição por despejo de águas servidas (residências e indústrias); construção de barragens; captação de água sem licença ambiental e desvio de drenagem; drenagem de áreas alagadas; poluição; supressão de APPs.

Queda no Índice de Qualidade de Água (IQA) de “BOM” para “RUIM” nos municípios da microrregião e situação a montante das bacias com o predomínio da qualidade “RUIM”.

Os índices de perdas na distribuição de água são elevados na microrregião, visto que se concentram no intervalo entre 15% a 36%.

Ausência de critérios comuns para a regularização de vazões em barramentos de médio e grande porte (CGHs, PCHs e UHEs¹) e de estudos integrados do regime hidrológico e balanço hídrico dos locais que possuem barramentos de médio e grande porte.

Os Planos de Bacias hidrográficas localizadas na microrregião são recentes e aprofundados, apresentam diversos conflitos de usos a serem gerenciados e planos de ações a serem implantados na sua maioria.

O esgotamento sanitário é precário na microrregião: 50% dos municípios da microrregião (Atílio Vivácqua, Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta) não apresentam tratamento de esgoto. Com exceção de Jerônimo Monteiro, todos os municípios apresentaram resultados fora do padrão normativo para coliformes totais. Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta não atenderam aos limites normativos para cloro residual em amostras de água para abastecimento da população.

Ausência de equiparação dos serviços de saneamento básico entre as zonas rural e urbana como prioridade das políticas públicas na microrregião, bem como a instrução da população da área rural em relação à importância do saneamento básico no local.

Dificuldade na universalização do saneamento básico, devido a falhas na regulação e fiscalização de instrumentos de gestão: ausência de marcos legais que instituem a Política Municipal de Saneamento Básico (em Atílio Vivácqua, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui) e que aprovem o Plano Municipal de Saneamento Básico (em Mimoso do Sul) e o Plano Municipal de

¹Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs); Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); Usinas Hidrelétricas (UHEs).

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (em Apiacá, Atílio Vivácqua, Cachoeiro de Itapemirim).

Baixa sustentabilidade econômico-financeira do setor de saneamento básico na microrregião.

Recorrência de inundações na microrregião, com necessidade de atenção para as sedes municipais de Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Mimoso do Sul e Apiacá. Também merecem atenção as localidades de Prosperidade e Castelinho, no município de Vargem Alta; e Conduru, Itaoca, Gironda e Pacotuba, no município de Cachoeiro de Itapemirim. Ocorrência de danos à infraestrutura e isolamento de comunidades nos períodos de chuva.

Significativo número de imóveis em situação de risco, conforme a Defesa Civil, principalmente em Muqui, Cachoeiro de Itapemirim e Mimoso do Sul; nas sedes municipais há uma proximidade dos aglomerados subnormais identificados com às áreas de riscos.

Supressão de vegetação por queimadas em Remanescentes de Mata Atlântica, Unidades de Conservação (UC) e Corredores Ecológicos; UC destituídas de Planos de Manejos ou planos que necessitam de revisão/adequação e Projeto dos Corredores Ecológicos interrompidos.

Processos de parcelamento do solo ilegais de formato urbano em áreas rurais, que demonstram a fragilidade do ordenamento territorial e das fiscalizações municipais.

Presença de atividades econômicas extrativistas de elevada importância financeira, mas também de elevados riscos ambientais. A indústria do mármore e granito, com forte presença na microrregião, é dependente de recursos finitos, não renováveis, demanda alto contingente de água no processo de fabricação das peças, com custo mensal da água consumida via abastecimento público relativamente baixo (se comparado a estabelecimentos residenciais) e com a presença de efluentes gerados na produção e degradação paisagística.

Potencial para o segmento de observação da fauna e flora, nas reservas naturais da Microrregião Central Sul, com possibilidade de articulação da Fábrica de Pios, a preservação do meio ambiente, a geração de emprego e renda e a valorização da comunidade local.

Potencial turístico na microrregião a ser articulado com o eixo praiano (ecoturismo e turismo de aventura).

Paisagem cultural e recursos naturais da área rural relevantes e pouco conhecidos, limitado compartilhamento do conhecimento sobre as características e particularidades desses ambientes.

Dificuldade de promover um planejamento que considere os atributos locais/microrregionais como possibilidade central para o desenvolvimento.

Desigualdade de acesso à informação e carência de valorização da diversidade dos atributos locais/ microrregionais.

Ausência de marco legal para os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS); em especial para os municípios de Apiacá, Atílio Vivácqua, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul e Vargem Alta.

Eixo Integrador 2 – Enfrentamento das desigualdades socioespaciais

O Eixo Integrador redução das desigualdades socioespaciais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e a realidade diagnosticada na Microrregião Litoral Sul atua em uma perspectiva territorial e social, entendida como um processo no qual interagem as condições do território (estrutura de oportunidades) e as potencialidades da população que nele habita, visando a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Busca-se assim atuar na desigualdade de renda e na distribuição da riqueza dentro da microrregião, nas condições materiais e imateriais de produção e reprodução da vida social, intervindo nas circunstâncias de pauperização, desemprego, discriminação, violências e de exclusão socioespacial dentre outras, que produzem populações vulnerabilizadas, invisibilizadas ou ainda, tidas como subalternizadas, com especial atenção às pessoas negras, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

São apresentadas de forma itemizadas as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

As disparidades verificadas na distribuição dos espaços culturais na Microrregião promovem a concentração de capital cultural nas cidades-polo (Cachoeiro de Itapemirim e Castelo), aumentando as desigualdades entre os municípios.

Potencial relacionado à diversidade cultural, ambiental e paisagística da Microrregião, oportunidade de experimentações diversificadas atualmente pouco exploradas e possibilidade de integração com regiões vizinhas, permitindo experiências para além do turismo de balneário no Espírito Santo. A microrregião possui 2 Corredores ecológicos: Corredor Parque Estadual Pedra Azul – Parque Estadual Forno Grande e o Corredor Burarama-Pacotuba-Cafundó.

Carência de espaços capazes de oportunizar a realização das práticas artísticas (teatros, museus, centros de artesanatos, dentre outros) e o convívio social proporcionado pelas atividades culturais distribuídas por todos os municípios.

Recursos destinados ao Edital de Patrimônio Arquitetônico é insuficiente para a recuperação efetiva do patrimônio tombado e em relação ao número de prêmios disponibilizados pelo FUNCULTURA.

Presença de expressões folclóricas diversificadas culturalmente na Microrregião, pouco valorizadas, com carência de incentivos capazes de garantir a permanência das tradições, tanto no âmbito cotidiano das comunidades tradicionais, quanto através de eventos incorporados ao calendário turístico, dando visibilidade às manifestações.

Presença de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores artesanais) na microrregião, com ausência de reconhecimento e regularização fundiária.

O elevado peso do município polo Cachoeiro de Itapemirim, no PIB da Microrregião (66,5% no ano de 2017), a concentração dos principais serviços nas áreas de educação e saúde e conseqüentemente dos empregos (71,0% dos empregos microrregionais), corroboram com o perfil centralizador da economia local.

Produção agropecuária concentrada nos municípios de Castelo e Mimoso do Sul, devido às lavouras de café e à pecuária, apresenta impacto no mercado de trabalho informal em função da sazonalidade e não mecanização da produção.

Concentração de atividades especializadas em alguns municípios dificulta o acesso e amplia as distâncias dos deslocamentos, o que resulta em um acesso desigual e na manutenção desta condição, uma vez que áreas mais infraestruturadas tendem a receber mais equipamentos públicos, atualmente, concentrados em Cachoeiro de Itapemirim, com destaque para a Sede municipal, e Castelo, em um grau menor.

Identificação de problemas habitacionais sobrepostos e vinculados a déficit habitacional, presença de moradores em situação de rua/ aglomerados subnormais e localização de habitações em áreas de risco.

Reduzido número de programas habitacionais destinados à microrregião, o que pode explicar a acumulação de demanda, intensificada com atividades econômicas de grande vulto, no entorno próximo, não acompanhadas por implementação de política pública habitacional.

Sistema de transporte tratado no âmbito municipal, ou por meio de concessões de linhas intermunicipais e interestaduais, dificultam o acesso da população a serviços e equipamentos públicos e comunitários, principalmente para população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos.

Ausência de instrumentos de planejamento e gestão do território, com especial atenção à inexistência de Plano Diretor nos municípios de Muqui (que possui obrigatoriedade por estar situado em rota turística e por sediar o maior sítio histórico do Estado), Atílio Vivácqua e Apiacá, os quais apresentam significativo número de aglomerados subnormais e população em extrema pobreza. Identifica-se ausência de Plano de Mobilidade Urbana na maior parte dos municípios da microrregião.

Dificuldade de acesso da população de menor renda e da área rural a serviços, equipamentos públicos e comunitários, tanto cotidianos, quanto especializados, devido às condições viárias e ao formato da oferta de transporte, concentrada nas áreas urbanas centrais, e entre centralidades.

Baixa urbanidade, principalmente em bairros periféricos e não infraestruturados, com rede viária e sistemas de transporte insuficientes para atendimento cotidiano - ausência de pavimentação e calçadas.

Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais ao transporte coletivo - longos percursos a pé ou de bicicleta.

Isolamento de Apiacá em relação à rede de cidades da Microrregião Central Sul.

Enfraquecimento da participação popular na gestão pública, devido à fragilidade na integração das políticas públicas e aos traços do patrimonialismo na estrutura social da microrregião.

A falta de estruturação de um processo permanente de planejamento e gestão do território, corrobora para a ausência de controle social sobre o ordenamento territorial e fragiliza os processos de fiscalização urbana.

Falta de integração entre as políticas sociais (modelo de gestão fragmentado e concorrente entre si), considerando o modelo de financiamento e distribuição de recursos, em que os municípios de maior porte, tendem a receber a maior parte dos recursos públicos para a execução dos serviços e no que diz respeito à falta de compreensão e de priorização da área social frente à política de definição de investimentos do Estado e dos municípios.

Persistência das situações de pobreza, fortes desigualdades sociais e processos discriminatórios e excludentes, em especial, voltados às mulheres, negros, jovens negros e trabalhadores superexplorados agravados com a pandemia da Covid-19.

Desvalorização humana e banalização da vida em relação à população negra, mulheres e juventude (somam as piores estatísticas sociais, de violência e violação de direitos).

Processos de violência e violação de direitos, com tendência de avanço conforme o crescimento de aglomerados urbanos.

Fragilidade de políticas para a juventude na Microrregião, evidenciando a demanda pela ampliação da atuação do Estado para este público na direção da prevenção e proteção, a necessidade de atenção especial às demandas por formação escolar nas áreas rurais e interação com unidades de formação de nível médio, superior e profissional, bem como as questões relacionadas à violência e homicídios (vítimas do sexo masculino e também feminino), criminalidade e encarceramento.

Demanda por ampliação da cobertura da rede escolar em todos os territórios – urbano e rural (da educação infantil ao ensino superior).

Demanda pelo crescimento da rede SUS em relação ao atendimento especializado e pelo fortalecimento da atenção básica de saúde.

Eixo integrador 3 – Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura

O Eixo Integrador desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura parte de uma visão crítica em relação a fragilidade estrutural da economia do Espírito Santo, com claros rebatimentos na Microrregião Central Sul, determinada

pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis e limitada base tecnológica/científica. Neste sentido, o eixo direciona o processo de desenvolvimento regional diretamente associado à diversificação da produção, de maneira articulada aos processos de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos, e que garanta a produção, circulação e distribuição de bens, serviços e conhecimento com sustentabilidade ambiental para além do discurso, incorporando-a na prática, sem a qual não pode haver a sustentabilidade social e econômica. Trata-se de mudança estrutural que deve ocorrer a partir da utilização dos fatores e capacidades já existentes, por meio de um processo de "autodescoberta", com novos propósitos e prioridades. Neste processo, em consonância com as orientações do Banco Mundial (2012), os projetos infraestruturais devem possuir um caráter "transformacional", com iniciativas que produzam sinergias entre setores (transversalidade), visem à proteção do meio-ambiente (verdes), ao desenvolvimento social (inclusão) e à geração de benefícios territoriais (espaço).

São apresentadas de forma itemizadas as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

Rede logística forma conexões de longa distância, associadas a empreendimentos econômicos de grande porte (porto/indústria/exploração de petróleo/gás/extração mineral).

Projetos logísticos atuais preveem atender demandas específicas de grandes setores econômicos.

A Ferrovia Centro Atlântica não atende às necessidades logísticas atuais, mas apresenta potencial para assumir novas funções, pois conecta importantes áreas urbanas e históricas no Sul do Estado.

Em relação ao planejamento setorial na área de infraestrutura e transporte, **a maior parte dos municípios não possui planejamento alinhado à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) na área de transporte.**

Ausência de Plano de Mobilidade Urbana nos municípios da microrregião, com exceção de Cachoeiro de Itapemirim. Ausência de transporte ativo no caso de curtas distâncias.

O transporte coletivo de passageiros apresenta diferenças de oferta significativas, tornando o acesso desigual. Em geral, são linhas municipais ou intermunicipais (concessões) atendendo prioritariamente aos núcleos urbanos.

Sistema viário e redes de conexão compartilhadas entre fluxos de passagem e urbanos. Entretanto, a microrregião não possui oferta e incentivo ao uso de transportes coletivos, à intermodalidade e multimodalidade.

Desenho viário prioriza os deslocamentos motorizados, com baixa qualificação da infraestrutura para modais mais sustentáveis tanto nos deslocamentos intraurbanos quanto rurais. Calçadas com baixa qualidade e ausência de ciclovias.

As melhorias realizadas na rodovia ES-164 e na rodovia ES – 375, privilegiam a ligação entre Vargem Alta e Iconha, o que possibilita uma nova ligação entre o mar e a montanha atraindo, principalmente turistas provenientes de Minas Gerais.

Microrregião estruturada a partir da BR-101 e rodovias estaduais, que possibilitam ligações principais com Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Rio de Janeiro. Apresenta potencial conexão com a BR-262.

Concentração de oferta de telefonia móvel e internet em torno de Cachoeiro de Itapemirim e principais núcleos urbanos, com cobertura insuficiente para a inclusão da população em áreas periféricas e rurais.

Fragilidades da distribuição das infraestruturas de telecomunicações ao sul, especialmente em Jerônimo Monteiro, Muqui e Apiacá.

Instabilidade do sistema de fornecimento de energia elétrica nas áreas rurais, que impacta também no acesso aos meios de telecomunicação, tais como telefonia móvel e internet.

Embora de abrangência restrita, identifica-se o potencial relacionado à diversificação de tecnologias para acesso à internet na microrregião, tais como cabos metálicos, fibra ótica, rádio e satélite; assim como para a telefonia móvel.

Fragilização do processo de regionalização do turismo na Microrregião, em função da não formalização da adesão dos municípios de Atílio Vivácqua e Apiacá no Mapa do Turismo Capixaba.

Baixa classificação do setor hoteleiro na Microrregião Central Sul (inclusive Cachoeiro de Itapemirim) no Mapa Brasileiro do Turismo, situação incondizente com a dimensão do evento internacional realizado no município.

Microrregião com riquezas naturais, paisagens e remanescentes históricos e culturais, potenciais para o desenvolvimento na escala microrregional. Entretanto, as rotas não são facilmente identificadas e as infraestruturas ainda privilegiam fluxos de passagem e atendimento às demandas de setores específicos da economia.

Carência de sinalização turística adequada.

Necessidade de incremento ao turismo de aventura, ainda incipiente nos municípios de Jerônimo Monteiro e Atílio Vivácqua, potencializando os atrativos locais e valorizando a vocação já presente para este segmento.

Oportunidade relacionada a presença de centro universitário em Mimoso do Sul, fora do eixo das cidades polo da microrregião Cachoeiro de Itapemirim e Castelo.

Fragilidade nos setores de serviços de informação e comunicação, limitam as possibilidades de desenvolvimento do capital intelectual e a inserção de atores locais no campo da inovação.

Dependência de fontes geradoras de energia elétrica externas à microrregião.

Baixa produção de energia por meio de fontes renováveis.

Insuficiência no atendimento de energia elétrica, principalmente em áreas rurais.

Baixa produção de energia elétrica e redes de alta tensão de Furnas não alcançam todos os municípios da microrregião.

Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais aos serviços e equipamentos públicos, acessibilidade comprometida e longos percursos a pé ou de bicicleta.

Potencial energético relacionado a oferta de gás natural que gera facilidades em múltiplas escalas.

Identificação de processos de expansão e dispersão urbana residencial e industrial seguindo eixos rodviários em todos os municípios, com presença de extensos perímetros urbanos, principalmente em Castelo e Cachoeiro de Itapemirim.

Problemas habitacionais relacionados à presença de aglomerados subnormais em municípios próximos à cidade polo da microrregião (Cachoeiro de Itapemirim), tais como Muqui e Atílio Vivácqua.

Indícios de processo incipiente de conurbação entre Cachoeiro de Itapemirim e Atílio Vivácqua.

Alta taxa de imóveis vazios identificada sobretudo em Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Castelo, municípios que apresentam os maiores déficits habitacionais da microrregião.

Projetos e atividades industriais de grande impacto em áreas naturais e próximas a ocupações humanas preexistentes.

Forte presença de monoculturas, concentração fundiária e riscos associados à expansão de grandes empreendimentos, a exemplo das atividades da Suzano no Sul do estado, especialmente em Cachoeiro de Itapemirim.

Embora exista uma rede viária ampla com várias interseções importantes, a forte centralização econômica, dos equipamentos públicos, comunitários e dos serviços no município de Cachoeiro de Itapemirim e algumas sedes municipais interfere diretamente no desenvolvimento da Microrregião, intensifica os deslocamentos e as ligações rodoviárias com a cidade polo.

Mimoso do Sul se apresenta de forma isolada na Microrregião, com relação aos equipamentos públicos, especialmente em relação aos de saúde, mantendo características pouco favoráveis de deslocamento.

Apiacá e Jerônimo Monteiro apresentam menor interação com municípios da microrregião.

Relevância das atividades rurais na região sul do estado, com dificuldades de acesso físico, tecnológico e da informação, que se apresentam como um fator limitador do desenvolvimento dos potenciais e da manutenção dos atributos existentes.

Média de automóveis por habitante acima da média estadual indica a necessidade de investigação da qualidade e do atendimento do transporte

local e microrregional. Sobreposição de fluxos humanos e de cargas nas vias entre núcleos urbanos e áreas produtivas e rurais. Desenho viário prioriza tráfego de veículos e mostra-se insuficiente para modais não motorizados, como o transporte ativo.

Segregação dos meios de transporte coletivo – municipal, concessões e escolar – e modelo predominante rodoviarista, com ausência de integração modal (bicicleta e ônibus, por exemplo).

Potencialidade para o turismo rural, ainda pouco explorado. Existência de escolas família agrícola. Representatividade quantitativa de pequenas propriedades e da agricultura familiar, mas com ocorrência de concentração fundiária.

Ocorrência de concentração fundiária, principalmente em Cachoeiro de Itapemirim, Atilio Vivácqua e Mimoso do Sul. Existência de assentamentos do INCRA em Muqui, Apiacá e Mimoso do Sul.

Eixo Integrador 4 – Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável

Considerando a transversalidade do tema, bem como a fragilidade identificada nas várias Áreas Temáticas do diagnóstico em relação à capacidade da gestão pública para a implementação dos planos e projetos relacionados aos processos de desenvolvimento socioespaciais na Microrregião Central Sul, o quarto e último Eixo Integrador busca articular a capacidade institucional para o desenvolvimento regional. O Eixo atua no conjunto de capacidades necessárias às instituições para a consecução dos objetivos de interesse público, remetendo à necessidade de gerir com eficácia a cooperação organizativa para o alcance dos objetivos do desenvolvimento regional sustentável. O Eixo atua no sentido de permitir tanto a expressão de valores instrumentais como políticos, não se limitando apenas aos meios, mas incorporando também valores sociais.

São apresentadas de forma itemizadas as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

Os municípios da Microrregião apresentam baixa capacidade de geração de receita própria para financiar as estruturas administrativas do poder executivo e legislativo.

Alguns municípios possuem plano com metas definidas para ampliação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs na administração municipal, mas nenhum aderiu aos programas existentes de modernização administrativa e tributária.

Metade dos municípios da microrregião tiveram despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida acima do que exige o limite de alerta de 48,6%, no ano de 2019.

A Microrregião Central Sul posiciona-se próximo da média nacional quanto ao grau de escolaridade dos servidores municipais; contudo, todos os municípios apresentaram média salarial dos seus servidores abaixo da média nacional. Alto percentual dos servidores municipais fora do quadro de servidores estatutários (53,70%), o que representa um grande risco à capacidade institucional, em termos da qualidade dos recursos humanos, em função da alta rotatividade que pode ocorrer.

Baixa institucionalização/ formalização das micro e pequenas empresas do setor de economia criativa.

Inconsistência ou inexistência de políticas públicas efetivas para o fomento à cultura, tendo em vista a falta de recursos humanos e de institucionalização do apoio à cultura (equipes reduzidas, predominância de pastas compartilhadas).

A ausência de Sistema Municipal de Cultura em alguns municípios, evidencia a precariedade das instâncias de participação social na gestão da cultura, reduzindo a equidade no aporte de recursos destinados ao setor.

Os Municípios da Microrregião Central Sul participam simultaneamente de dois a três, dos quatro consórcios identificados, sendo o Consórcio Público para Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Sul do Estado do Espírito Santo - Consul e o Consórcio Público da Região Polo Sul - CIM POLO SUL os únicos a agruparem todos os 8 municípios da Microrregião.

Necessidade de melhoria da eficiência das ações dos governos e coordenadorias municipais de Defesa Civil (COMDEC) nos eventos de inundações/deslizamentos e demais riscos. Devido à carência de informações sobre drenagem e manejo das águas pluviais nos municípios da microrregião, não foi viável a realização de um diagnóstico para fins de planejamento microrregional.

Dificuldade de localização *online* de alguns Planos Municipais e dos respectivos produtos, bem como das legislações municipais referentes a tais planos, seja na página *web* das prefeituras ou das instituições que contribuíram na elaboração. Outro obstáculo foi a indisponibilidade de determinadas informações no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (BRASIL, 2019b, 2019c, 2019d) referentes aos serviços de saneamento básico prestados nos municípios da microrregião Central Sul.

Planos Setoriais não contemplados por completo em todos os municípios.

Ausência e desatualizações de legislações urbanísticas básicas em alguns municípios.

Fragilidades quanto à institucionalização e implementação de Conselhos e Fundos em relação aos Planos Setoriais.

Apenas Cachoeiro de Itapemirim e Castelo possuem Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Transporte organizado nos âmbitos municipais e estadual direcionam os fluxos e reforçam centralidades e desigualdade no desenvolvimento microrregional.

A SEDU atualmente utiliza, para o transporte escolar, sistema de gestão tecnológica de frota que é flexível e passível de integração às demandas municipais.

Os acidentes são numerosos nas rodovias estaduais da microrregião e não foram encontrados dados sobre a localização e as condições das estradas nos trechos onde ocorrem, embora seja conhecido o elevado número de acidentes na Serra de Soturno e Serra de Castelo, segundo o CDR.

Baixo poder de decisão e comando do governo estadual/municipal sobre as grandes obras e infraestrutura.

Instrumentos de planejamento do transporte e da infraestrutura centralizados no âmbito estadual e federal.

Ausência de ordenamento territorial e de política de habitação social em escala microrregional.

Com exceção de Cachoeiro de Itapemirim, os demais municípios da microrregião possuem baixa capacidade para implementação de programas habitacionais; contudo, os altos índices de déficit habitacional são perceptíveis em toda a microrregião.

Ausência de secretarias estratégicas nos municípios capazes de estabelecer uma integração das políticas urbanas microrregional.

Dificuldade em tratar temas estratégicos regionais e em intensificar processos de participação popular.

Pouca capacidade articulatória em sistemas participativos autogestionário e co-gestionários.

Segundo o INCAPER, muitos jovens não encontram atrativos no campo. Problemas de acesso à informação, tecnologia e outros meios para o desenvolvimento rural.

Potencial relacionado a presença de espaços de produção de conhecimento e novas tecnologias, como a unidade de pesquisa da UFES, em Jerônimo Monteiro, o IFES de Cachoeiro de Itapemirim e as instituições de ensino superior privadas.

A maior parte das políticas sociais são pontuais e reproduzem orientações de programas federais - o público é definido em função do projeto enquanto, os projetos é que deveriam ser orientados para atender às demandas do público.

Ausência de redes compartilhadas (transportes, rotas, dados georreferenciados do ordenamento territorial, legislações).

Dados produzidos sobre a microrregião encontram-se dispersos em plataformas institucionais e, embora existam incentivos por parte do Governo do Estado, por meio de financiamento, para pesquisas e desenvolvimento

tecnológico, o compartilhamento não alcança o conhecimento geral da sociedade.

Referências

ACSELRAD, Henri. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.].

BANCO MUNDIAL. 2012. Transformação por meio da infraestrutura: Atualização da estratégia de infraestrutura do Grupo Banco Mundial para o EF2012-2015. Washington DC. © Banco Mundial.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.810, de 30 de maio de 2019a. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2018. Publicado em 2019b. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-do-manejo-de-residuos-solidos-urbanos-2018>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2018. Publicado em 2019c. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2018>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Diagnóstico de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais – 2018. Publicado em 2019d. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-aguas-pluviais/diagnostico-do-servico-de-aguas-pluviais-2018>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

COELHO, André Luiz Nascentes. Prevenção e Mitigação de Desastres a partir do Mapeamento de Fragilidades in: MAGNONI JÚNIOR, L.; STEVENS, D; LOPES, E. S. S.; CAVARSAN, E. A.; VALE, J. M. F. ; MAGNONI, M. G. M; TEIXEIRA, T.; FIGUEIREDO, W. S. Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. p. 112-122.

FERNANDES, Fabiana Silva. Capacidade institucional: uma revisão de conceitos e programas federais de governo para o fortalecimento da administração pública. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 1, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 2, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016, p. 695-704. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n3/1679-3951-cebape-14-03-00695.pdf>.
Acesso em: 29 fev. 2020.

FITZ, Paulo Roberto, Geoprocessamento sem Complicação, São Paulo, Ed. Oficina de Textos, 2008 a.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica (nova edição), Ed. Oficina de Textos, 2008 b.

FREITAS, Tanise Dias; DEPONTI, Cidonea Machado; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Organizadores). Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográficocultural integradora. In: SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 393-419. ISBN 978-85-232-1189-9. AvailablefromSciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MARTINS, Angela Maria, et al. La capacidad institucional de municipios de São Paulo en la gestión de la educación básica. Cad. Pesqui. [online]. 2013, vol.43, n.150, pp.812-8350.

MINAS GERAIS, Universidade Federal de. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDUI-RMBH. Relatório Final. Sumário Executivo. Belo Horizonte, Abril de 2011. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Sum%C3%A1rio-Executivo-Relat%C3%B3rio-Final-PDDI-RMBH-2.pdf>. Acessado em: 14 abr. 2019.

ROSS, J. Paisagem, Configuração Territorial e Espaço Total: interação da sociedade com a natureza In: Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo. Ed. Oficina de Textos, 2009. p. 47 – 61.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SMITH, Neil. Homeless / global: Scaling places. In: Mapping the futures: Local cultures, global change. BIRD, J. et al (org.), p. 87-119. New York: Routledge, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.